

# a estranha morte da europa

douglas murray

Tradução de Jorge Colaço

# ÍNDICE

Introdução	9
1 O começo	17
2 Como ficámos viciados em imigração	29
3 As desculpas que demos a nós próprios	42
4 «Bem-vindos à Europa»	66
5 «Já vimos de tudo»	79
6 Multiculturalismo	95
7 Eles estão aqui	122
8 Profetas sem honra	133
9 Os primeiros sinais de alarme	148
10 A tirania da culpa	156
11 A falsa repatriação	176
12 Aprender a viver com o facto	189
13 Cansaço	204
14 Estamos presos nisto	228
15 Controlar a reação	241
16 A sensação de que a história chegou ao fim	253
17 O fim	278
18 O que poderia ter sido	287
19 O que será	300
Posfácio	312
Agradecimentos	329
Índice remissivo	331



# INTRODUÇÃO

A Europa está a suicidar-se. Ou, pelo menos, os seus líderes decidiram suicidar-se. Se o povo europeu opta por acompanhá-los, é, naturalmente, outra coisa.

Quando digo que a Europa se encontra no processo de se matar a si mesma, não quero dizer que o fardo da regulamentação da Comissão Europeia se tenha tornado opressivo ou que a Convenção Europeia dos Direitos do Homem não tenha feito o suficiente para satisfazer as exigências de uma determinada comunidade. O que quero dizer é que a civilização que conhecemos como Europa está a caminho de se suicidar e que nem a Grã-Bretanha nem qualquer outro país da Europa Ocidental pode evitar esse destino, porque todos parecemos sofrer dos mesmos sintomas e doenças. Em resultado disso, no final do tempo de vida da maior parte das pessoas que hoje vive, a Europa não será Europa e os povos da Europa terão perdido o único lugar do mundo a que podíamos chamar a nossa casa.

Pode ser salientado que as proclamações sobre a morte da Europa foram frequentes através da nossa história e que a Europa não seria Europa sem os constantes vaticínios sobre a nossa mortalidade. Porém, alguns foram mais convincentemente apazados do que outros. Em *Die Welt von Gestern (O Mundo de Ontem)*, publicado originalmente em 1942, Stefan Zweig escreveu sobre o seu continente nos anos que precederam a Segunda Guerra Mundial: «A Europa parecia-me estar condenada à morte devido à sua própria loucura, a Europa, a nossa santa pátria, o berço e o Pártenon da civilização ocidental.»

Uma das poucas coisas que dava então alguma esperança a Zweig era o facto de ver, nos países da América do Sul, onde por fim se tinha refugiado, as ramificações da sua própria cultura. Na Argentina e no Brasil, testemunhou como uma cultura pode emigrar de uma terra para outra, de tal modo que, mesmo que a árvore que dava a vida cultural tivesse morrido, podia ainda dar origem «a novas flores, a novos frutos». Mesmo que a Europa se tivesse, nesse momento,

autodestruido, Zweig sentia consolação no facto de que «Tudo o que gerações haviam criado antes de nós e à nossa volta, nunca se perdia por completo»<sup>1</sup>.

Hoje, em grande parte por causa da catástrofe que Zweig descreveu, a árvore da Europa perdeu-se por fim. A Europa de hoje não tem a mais pequena vontade de se reproduzir, de lutar por si mesma ou sequer de tomar partido numa discussão. Os que estão no poder parecem convencidos de que não faria diferença se os povos e cultura da Europa se perdessem para o mundo. Alguns já decidiram até (como Bertolt Brecht escreveu no seu poema de 1953 «A Solução») dissolver o povo e eleger outro porque, como disse um recente primeiro-ministro conservador sueco, Fredrik Reinfeldt, apenas surge «barbárie» do interior de países como o seu, enquanto do exterior apenas surgem coisas boas.

A doença atual não tem uma causa única. Nada igualou a cultura produzida pelos tributários da cultura judaico-cristã, os antigos gregos e romanos, e as descobertas do Iluminismo. Mas o último ato aconteceu devido a duas concatenações simultâneas, das quais agora não é possível recuperar.

A primeira é a deslocação em massa de povos para a Europa. Em todos os países da Europa Ocidental, este processo começou após a Segunda Guerra Mundial, devido à escassez de mão de obra. Em breve, a Europa ficou enredada na migração e não poderia ter interrompido o fluxo, mesmo que quisesse. O resultado foi que aquilo que tinha sido a Europa — a casa dos povos europeus — tornou-se gradualmente uma casa para o mundo inteiro. Os lugares que tinham sido europeus, tornaram-se gradualmente lugares de outros. Assim, os lugares dominados por imigrantes paquistaneses assemelham-se em tudo ao Paquistão, exceto na localização, com os recém-chegados e respetivos filhos a falarem a língua do seu país de origem e praticando o culto da religião do seu país de origem. As ruas frias e chuvosas das cidades do Norte da Europa encheram-se de pessoas vestidas com roupas apropriadas para as montanhas do Paquistão ou para as tempestades de areia da Arábia. «O Império contra-ataca», referiram alguns observadores com um mal disfarçado sorriso amarelo. Porém, enquanto os impérios da Europa foram expulsos, estas novas colónias pretendem obviamente ficar para sempre.

Os europeus descobriram sempre maneiras de fingir que isto poderia funcionar. Ao insistir, por exemplo, que uma tal imigração era normal. Ou que, se não houvesse integração da primeira geração, poderia haver com os seus filhos, netos ou outra geração ainda por vir. Ou que não interessava se

---

<sup>1</sup> Stefan Zweig, *O Mundo de Ontem*, trad. de Gabriela Fragoso, Assírio & Alvim, 2.ª ed., 2014, pp. 463-464.

as pessoas se integrassem ou não. Sempre recusámos a probabilidade maior de que, pura e simplesmente, isto não funcionasse. Essa é uma conclusão que a crise migratória dos últimos anos meramente acelerou.

O que me leva à segunda concatenação. Porque mesmo a deslocação em massa de milhões de pessoas para a Europa não teria feito soar uma nota fúnebre para o continente, se não fosse o facto de (por coincidência ou não), ao mesmo tempo, a Europa ter perdido a fé nas suas crenças, tradições e legitimidade. Inúmeros fatores contribuíram para este desenvolvimento, mas um deles é a forma pela qual os europeus do Ocidente perderam aquilo a que o filósofo espanhol Miguel de Unamuno chamou o «sentido trágico da vida». Eles esqueceram o que Zweig e a sua geração aprenderam tão dolorosamente: que tudo o que amamos, mesmo as maiores e mais cultas civilizações da história, pode ser varrido por gente que não é digna delas. Mais do que pura e simplesmente ignorá-lo, uma das poucas formas de evitar este sentido trágico da vida é afastá-lo para longe por intermédio de uma crença na maré do progresso humano. Esta tática continua, por enquanto, a ser a abordagem mais popular.

Porém, a todo o momento derrapamos e por vezes caímos em dúvidas terríveis que nós mesmos criamos. Hoje, mais do que qualquer outro continente ou cultura no mundo, a Europa está profundamente vergada ao peso da culpa pelo seu passado. Juntamente com esta versão extrovertida da desconfiança em si mesma, ocorre uma versão mais introvertida da mesma culpa. Porque existe também o problema na Europa de um cansaço existencial e um sentimento de que talvez, para a Europa, a história tenha chegado ao fim e que se deve permitir que uma nova história comece. A imigração em massa — a substituição de largas partes das populações europeias por outras gentes — é uma forma pela qual esta nova história tem sido imaginada: uma mudança, parecemos nós pensar, era tão bom quanto uma pausa. Um tal cansaço civilizacional não é exclusivamente um fenómeno europeu moderno, mas o facto de uma sociedade poder ter a sensação de que perdeu o vapor no preciso momento em que uma nova sociedade começou a internar-se não pode deixar de levar a vastas alterações históricas.

Se tivesse sido possível discutir estes assuntos, alguma solução poderia ter sido alcançada. Porém, ainda em 2015, no auge da crise das migrações, foi o discurso e o pensamento que foram restringidos. No pico da crise, em setembro de 2015, a chanceler Merkel, da Alemanha, perguntou ao administrador executivo do Facebook, Mark Zuckerberg, o que poderia ser feito para impedir os cidadãos europeus de escreverem críticas à sua política de migração no Facebook. «Está a trabalhar nisso?», perguntou-lhe ela. Ele

assegurou-lhe que sim.<sup>2</sup> Na realidade, a crítica, as ideias e a discussão não deveriam ter tido limites. Em retrospectiva, é notável verificar o quanto restringimos a nossa discussão ao mesmo tempo que abríamos a nossa casa ao mundo. Há um milhar de anos, os povos de Génova e Florença não estavam tão misturados como estão agora, mas hoje são todos reconhecivelmente italianos e as diferenças tribais tenderam mais a diminuir do que a aumentar com o tempo. O pensamento atual parece ser que, em algum momento, nos anos que hão de vir, os povos da Eritreia e do Afeganistão misturar-se-ão também no interior da Europa, como os genoveses e os florentinos agora se fundem na Itália. A cor da pele dos indivíduos da Eritreia e do Afeganistão podem ser diferentes, as suas origens étnicas podem vir de mais longe, mas a Europa continuará a ser a Europa e o seu povo vai continuar a associar-se ao espírito de Voltaire e S. Paulo, Dante, Goethe e Bach.

Como acontece com tantas ilusões populares, há nisto alguma coisa. A natureza da Europa sempre mudou e — a exemplo de cidades comerciais como Veneza — incluiu uma imensa e incomum recetividade a ideias e influência estrangeiras. Da Antiguidade grega e romana em diante, os povos da Europa enviaram navios a correr mundo e darem conta do que encontrassem. Raramente, se alguma vez aconteceu, o resto do mundo retribuiu do mesmo modo, mas, não obstante, os navios iam e voltavam com histórias e descobertas que se misturavam nos ares da Europa. A recetividade era prodigiosa: não era, porém, ilimitada.

A questão de saber onde ficam as fronteiras da cultura é interminavelmente discutida pelos antropólogos e não pode ser resolvida. Mas havia fronteiras. A Europa nunca foi, por exemplo, um continente do Islão. Porém, a consciência de que a nossa cultura está em constante e subtil mudança tem fundas raízes europeias. Os filósofos da Grécia antiga compreenderam o problema, resumindo-o no célebre paradoxo do Navio de Teseu. Como Plutarco regista, o navio em que Teseu navegara tinha sido preservado pelos atenienses, que o revestiram com madeira nova quando algumas partes da embarcação apodreceram. Porém, não continuava a ser o navio de Teseu, apesar de não ter já na sua constituição nenhum dos materiais em que ele navegara?

Sabemos que os gregos de hoje não são o mesmo povo que os gregos antigos. Sabemos que os ingleses não são hoje os mesmos que eram há um milénio, nem os franceses os franceses. Ainda assim, são reconhecivelmente

---

<sup>2</sup> «Merkel confronts facebook's Zuckerberg over policing hate-posts», *Bloomberg*, 26 de setembro de 2015.

gregos, ingleses e franceses, e todos são europeus. Nestas e noutras identidades reconhecemos um certo grau de sucessão cultural: uma tradição que permanece com certas qualidades (tanto positivas como negativas), costumes e comportamentos. Reconhecemos que as grandes movimentações de normandos, francos e gauleses provocaram grandes mudanças. E sabemos pela história que alguns movimentos afetam uma cultura relativamente pouco a longo prazo, enquanto outros podem modificá-la irrevogavelmente. O problema não vem de uma aceitação da mudança, mas de saber que, quando essas mudanças ocorrem com demasiada rapidez ou são demasiadamente diferentes, nos transformamos numa outra coisa — incluindo uma coisa que podemos nunca ter querido ser.

Ao mesmo tempo, ficamos confusos sobre como se pretende que isto funcione. Ao passo que concordamos, de um modo geral, que é possível a um indivíduo absorver uma cultura particular (dado o grau certo de entusiasmo, quer do indivíduo, quer da cultura), qualquer que seja a cor da sua pele, sabemos que nós, os europeus, não nos podemos transformar em tudo aquilo que quisermos. Não nos podemos transformar em indianos ou chineses, por exemplo. Mas, ainda assim, espera-se que acreditemos que qualquer pessoa do mundo possa vir para a Europa e tornar-se europeu. Se ser «europeu» não é uma questão de raça — como esperamos que não seja —, então é ainda mais imperativa por ser uma questão de «valores». É isto que torna tão importante a pergunta: «Quais são os valores europeus?» Porém, esta é uma outra discussão acerca da qual estamos totalmente confusos.

Somos, por exemplo, cristãos? No ano 2000, este debate formou um ponto focal na discussão sobre o texto da nova Constituição da UE e a ausência de qualquer referência ao património cristão do continente. O papa João Paulo II e o seu sucessor tentaram corrigir esta omissão. Como o primeiro escreveu em 2003: «Ao mesmo tempo respeitando a natureza secular das instituições, desejo uma vez mais apelar àqueles que estão a redigir o futuro tratado constitucional europeu para que incluam uma referência ao património religioso, em particular cristão, da Europa.»<sup>3</sup> O debate não apenas dividia a Europa geográfica e politicamente, também apontava para uma aspiração deslumbrante. Porque a religião não retrocedera apenas na Europa Ocidental. Na sua esteira emergiu um desejo de demonstrar que, no século XXI, a Europa tinha uma estrutura autónoma de direitos, leis e instituições, que poderia existir mesmo sem a fonte que lhe tinha indiscutivelmente dado vida. Como a pomba de Kant, perguntámo-nos se não

---

<sup>3</sup> João Paulo II, *Ecclesia in Europa*, 28 de junho de 2003.

seríamos capazes de voar mais velozmente se vivêssemos «no ar livre», sem o incómodo de ser o vento a manter-nos em cima. Muitos repousaram no sucesso deste sonho. No lugar da religião veio a linguagem sempre insuflada dos «direitos humanos» (eles próprios um conceito de origem cristã). Deixámos por resolver a questão de saber se os nossos direitos adquiridos estavam ou não dependentes de crenças que o continente abandonara ou se existiam por si próprios. Isto foi, no mínimo, uma questão enorme para deixar por resolver ao mesmo tempo que se esperava que vagas de novas populações se «integrassem».

Uma questão igualmente significativa irrompeu na altura em volta da posição e do propósito do estado-nação. Desde o Tratado de Vestefália, em 1648, até aos finais do século xx, o estado-nação na Europa fora, de uma forma geral, olhado não só como o melhor garante da ordem constitucional e dos direitos liberais, mas também como o derradeiro garante da paz. Porém, também esta certeza sofreu erosão. Figuras do centro da Europa, como o chanceler Kohl da Alemanha, em 1996, insistiram em que «o estado-nação... não consegue resolver os grandes problemas do século XXI». A desintegração dos estados-nação da Europa numa vasta união política integrada era tão importante, insistia Kohl, que era de facto «uma questão de guerra e paz no século XXI»<sup>4</sup>. Outros discordaram, e vinte anos depois, mais de metade do povo britânico demonstrou nas urnas que não tinha ficado persuadido pelo argumento de Kohl. Mas, uma vez mais, qualquer que seja a nossa perspetiva sobre o assunto, esta foi uma questão imensa para deixar sem solução num tempo de grande mudança populacional.

Inseguros de nós próprios em casa, fizemos um esforço final para expandir os nossos valores no estrangeiro. Porém, sempre que os nossos governos e exércitos se envolveram nalguma coisa em nome destes «direitos humanos» — Iraque, em 2003, Líbia, em 2011 —, parecemos ter piorado as coisas e acabámos no erro. Quando a guerra civil na Síria começou, as pessoas clamaram para que as nações ocidentais intervissem em nome dos direitos humanos, que estavam incontestavelmente a ser violados. Mas não havia qualquer apetite para proteger esses direitos porque, quer acreditássemos ou não neles na nossa própria casa, tínhamos seguramente perdido a fé na capacidade de os fazer avançar lá fora. A certa altura, começou a parecer possível que o que fora denominado de «a última utopia» — o primeiro sistema universal que separava os direitos do homem da palavra de deuses ou

---

<sup>4</sup> Chanceler Helmut Kohl, discurso na Universidade Católica de Lovaina, Bélgica, 5 de fevereiro de 1996.

tiranos — poderia abranger a derradeira aspiração europeia falhada.<sup>5</sup> Se, na verdade, for este o caso, isso deixa os europeus do século XXI desprovidos de qualquer ideia unificadora capaz de ordenar o presente ou abordar o futuro.

A perda de todas as histórias unificadoras acerca do nosso passado ou as ideias sobre o que fazer com o nosso presente seria um problema grave em qualquer momento. Mas, num período de perturbação e enorme mudança societária, os resultados estão a revelar-se letais. O mundo está a vir para a Europa no preciso momento em que a Europa perdeu de vista aquilo que é. E, ao passo que a deslocação de milhões de pessoas de outras culturas para uma cultura forte e assertiva poderia ter funcionado, a deslocação de milhões de pessoas para uma cultura culpada, exausta e moribunda não pode funcionar. Agora mesmo, os líderes europeus falam de um esforço revigorado para incorporar milhões de recém-chegados.

Esse esforço está também destinado a fracassar. Para incorporar o maior número de pessoas possível é necessário apresentar uma definição de inclusão que seja o mais abrangente e aceitável possível. Se a Europa se tornar a casa do mundo, tem de procurar uma definição de si mesma que seja suficientemente abrangente para englobar o mundo. Isto significa que, no período anterior ao colapso desta aspiração, os nossos valores se tornam tão abrangentes que perdem espessura e significado. Assim, enquanto a identidade europeia, no passado, poderia ser atribuída a fundamentos altamente específicos, para não dizer filosófica e historicamente profundos (a supremacia do direito, a ética dimanada da história e da filosofia do continente), hoje a ética e as crenças da Europa — na verdade, a identidade e a ideologia da Europa — passaram a ser acerca do «respeito», da «tolerância» e (a mais autodenegatória de todas) da «diversidade». Estas autodefinições superficiais podem sustentar-nos durante mais alguns anos, mas não têm qualquer hipótese de ser capazes de convocar as lealdades mais fundas que as sociedades têm de ser capazes de alcançar se querem sobreviver por muito tempo.

Esta é apenas uma razão pela qual é provável que a nossa cultura europeia, que durou todos estes séculos e partilhou com o mundo tais cumes da realização humana, não sobreviva. Como as recentes eleições na Áustria e a emergência da *Alternative für Deutschland* parecem provar, enquanto a probabilidade de erosão cultural permanecer irresistível, as opções de defesa cultural continuam a ser inaceitáveis. Stefan Zweig estava certo ao reconhecer a perturbação, e certo também ao reconhecer a sentença de morte que

---

<sup>5</sup> Para uma discussão interessante de muitas destas questões, ver Samuel Moyn, *The Last Utopia: Human Rights in History*, Harvard University Press, 2012.

o berço e Pártenon da civilização ocidental ditara a si própria. Decorreriam ainda várias décadas até a sentença ser executada — por nós mesmos sobre nós mesmos. Aqui, nesses anos de intervalo, em vez de continuarmos a ser a casa dos povos europeus, decidimos tornar-nos uma «utopia», mas apenas no sentido original da palavra grega, «não-lugar». Este livro é uma descrição desse processo.

\*\*\*

A pesquisa e a escrita deste livro levaram-me através de um continente, o qual percorri durante anos, e muitas vezes a partes que de outro modo poderia não ter visitado. Ao longo de vários anos, viajei das ilhas da Grécia mais a sudeste e dos recantos mais remotos do Sul da Itália até ao coração do extremo norte da Suécia e aos incontáveis subúrbios da França, Holanda, Alemanha e outros países europeus. Durante a redação tive a oportunidade de falar com muitos eleitores, bem como com políticos e decisores de todos os cambiantes do espectro político, guardas fronteiriços, agências de informações, trabalhadores em ONG e muitos outros da linha da frente. Em muitos aspetos, a parte mais instrutiva da minha pesquisa foi falar com os recém-chegados à Europa — pessoas que por vezes tinham, literalmente, chegado ontem. Nas ilhas do Sul da Europa a que chegam e nos locais onde ficam ou se instalam no seu caminho para norte, todos têm as suas próprias histórias e muitos têm as suas próprias tragédias. Todas veem a Europa como o lugar onde melhor podem viver as suas vidas.

Os que estavam dispostos a falar e a partilhar as suas histórias constituíam necessariamente um grupo autoeleito. Houve alturas, rondando o exterior de um campo, ao anoitecer, em que às pessoas que surgiam ou voltavam parecia faltar — para dizer o mínimo — espírito de generosidade ou gratidão no modo como abordavam o nosso continente. Mas muitos outros foram excepcionalmente amistosos e ficaram gratos pela oportunidade de contarem as suas histórias. Qualquer que seja a minha visão sobre as situações que aqui os trouxeram e sobre a resposta do nosso continente, as nossas conversas terminavam sempre comigo a dizer a única coisa que lhes poderia dizer com sinceridade e sem ressalva: «boa sorte».

# 1

## O COMEÇO

Para compreender a escala e a velocidade da mudança que está a ocorrer na Europa, vale a pena recuar alguns anos, a antes da última crise de migrações e ao período do que se tornou de imigração «normal». E vale a pena considerar um país que estava comparativamente de fora da turbulência mais recente.

Em 2002, foi publicado o censo mais recente de Inglaterra e do País de Gales. Compilado no ano anterior, mostrava até que ponto o país mudara ao longo da década que mediou desde o último censo. Imagine-se alguém que, em 2002, decidisse extrapolar as conclusões desse censo e especulasse sobre o que poderiam trazer os dez anos seguintes. Imagine-se que diziam: «Os britânicos brancos tornar-se-ão uma minoria na capital do seu país no final desta década e a população muçulmana duplicará nos próximos dez anos.»

Como seriam recebidas tais afirmações? Os termos «alarmista» e «amedrontador» teriam certamente sido utilizados, como muito provavelmente o seriam as palavras «racista» e (embora o neologismo estivesse ainda a dar os primeiros passos) «islamófobo». É seguro dizer que tais extrapolações dos dados não teriam sido recebidas calorosamente. Qualquer um que se incline a duvidar disto, poderá recordar apenas um incidente representativo, quando, em 2002, um jornalista do *The Times* fez comentários bem menos surpreendentes acerca da provável imigração futura, que foram denunciados pelo então ministro do Interior, David Blunkett — fazendo uso de prerrogativa parlamentar — como «raizando o fascismo».<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Debates parlamentares, 2 de dezembro de 2002. Blunkett estava a referir-se a Anthony Browne, jornalista do *The Times*.

Porém, por mais insultado, alguém que tivesse proposto uma tal análise em 2002 viria a provar-se estar total e absolutamente certo. O censo seguinte, compilado em 2011 e publicado no final de 2012, revelou não só os factos acima referidos, mas muito mais. Provou que o número de pessoas a viver em Inglaterra e Gales, mas nascidas no estrangeiro, aumentou quase três milhões, só na década anterior. Mostrou que, agora, apenas 44,9% dos residentes em Londres se identificavam como «britânicos brancos». E revelou que quase três milhões de pessoas em Inglaterra e Gales viviam em casas onde nem um único adulto falava inglês como primeira língua.

Isto constituía uma enorme mudança étnica num país, qualquer que seja o momento considerado. Mas houve igualmente resultados surpreendentes acerca do perfil religioso da Grã-Bretanha. Por exemplo, eles revelaram que quase todas as crenças estavam em ascensão, exceto o cristianismo. Só a religião nacional histórica da Grã-Bretanha estava em queda livre. Desde o censo anterior, o número de pessoas que se identificavam como cristãs caíra de 72 para 59 por cento. O número de cristãos em Inglaterra e Gales caiu mais de quatro milhões, e o número de cristãos em geral caiu de 37 para 33 milhões.

Mas enquanto o Cristianismo testemunhava este colapso de seguidores — um colapso que apenas se esperava que continuasse precipitadamente —, a migração em massa ajudou a quase duplicar o tamanho da população muçulmana. Entre 2001 e 2011, o número de muçulmanos em Inglaterra e Gales ascendeu de 1,5 para 2,7 milhões. Estes eram os números oficiais, mas havia uma aceitação generalizada de que a imigração ilegal fazia disparar todos estes números. Era reconhecido que pelo menos um milhão de pessoas estavam ilegalmente no país, e, desse modo, era improvável que tivessem preenchido os formulários do censo, e as duas autoridades locais que tinham já crescido mais rapidamente (mais de 20% em dez anos) eram aquelas que tinham já as maiores populações muçulmanas no Reino Unido (Tower Hamlets e Newham). Estas estavam também entre as zonas do país com a maior taxa de ausência de resposta ao censo, com cerca de uma em cada cinco famílias a não responderem de todo. Tudo isto sugeria que os resultados do censo, surpreendentes como eram, representavam drasticamente por baixo os números reais. Em todo o caso, eram impressionantes.

Porém, apesar de ser difícil de digerir ao longo de um ano, a história do censo desapareceu passados uns dias — como quaisquer outras histórias efémeras dos noticiários. Mas isto não era uma história efémera. Era uma descrição do passado recente do país, do seu presente imediato e um vislumbre

do seu futuro inevitável. Estudar os resultados desse censo era deparar com uma conclusão particularmente inalterável, que era o facto de a imigração em massa estar a caminho de alterar — na verdade tinha já alterado — o país completamente. Em 2011, a Grã-Bretanha já se tinha tornado um lugar radicalmente diferente do lugar que fora durante séculos. Mas a reação a factos como o de em 23 dos 33 bairros de Londres os «britânicos brancos» estarem agora em minoria foi uma reação quase tão significativa como os próprios resultados.<sup>7</sup> Um porta-voz da agência nacional de estatística (ONS) aclamou os resultados como uma tremenda demonstração de «diversidade».<sup>8</sup>

Entretanto, a reação dos políticos e dos meios de comunicação social foi impressionante por ter sido conduzida num único tom de voz. Quando os políticos de todos os principais partidos abordaram o censo, saudaram os resultados unicamente num espírito de celebração. A mesma coisa sucedera ao longo de anos. Em 2007, o então *mayor* de Londres, Ken Livingstone, falou com orgulho acerca do facto de 35% das pessoas que trabalhavam em Londres terem nascido num país estrangeiro.<sup>9</sup> A questão que permaneceu foi se havia ou não um limite ideal para isto. Durante anos, uma sensação de excitação e otimismo acerca das mudanças no país pareceu a única inflexão de voz adequada à situação. Apoiada na pretensão de que elas não constituíam nenhuma novidade.

Ao longo da maior parte da sua história, e seguramente ao longo de todo o milénio anterior, a Grã-Bretanha manteve uma população extraordinariamente estática. Mesmo a Conquista Normanda em 1066 — talvez o acontecimento mais importante na história das ilhas — não levou a que mais do que 5% da população de Inglaterra fosse normanda.<sup>10</sup> A movimentação que houve nos anos que a precederam e se lhe seguiram foi quase inteiramente entre a ilha da Irlanda e os países que acabariam por integrar o Reino Unido. Depois, no período pós-1945, a Grã-Bretanha precisou de preencher certas lacunas no mercado de trabalho, em especial no setor dos transportes e no recém-criado Serviço Nacional de Saúde. E assim começou o período da imigração em massa, embora lentamente a princípio. A Lei da Nacionalidade Britânica de 1948 permitiu a imigração do antigo império

---

<sup>7</sup> Office for National Statistics (daqui em diante ONS), Censo de 2011, disponível em: <https://www.ons.gov.uk/census/2011census>.

<sup>8</sup> Guy Goodwin da ONS citado em «Census shows rise in foreignborn», BBC News, 11 de dezembro de 2012.

<sup>9</sup> Ken Livingstone em «World civilisation or clash of civilisations?», conferência, Londres, 20 de janeiro de 2007.

<sup>10</sup> Ver David Miles, *The Tribes of Britain*, Weidenfeld & Nicolson, 2005, p. 236.

— agora Commonwealth — e, no início da década de 1950, alguns milhares de pessoas por ano tiraram partido do esquema. No final da década, o número de recém-chegados tinha chegado às dezenas de milhares, e na década de 1960, os números tinham alcançado os seis algarismos. A vasta maioria destes recém-chegados vinham das Índias Ocidentais, bem como da Índia, do Paquistão e do Bangladesh, muitas vezes entrando na Grã-Bretanha como operários fabris e recomendando a outros — frequentemente das suas famílias ou clãs — que lhes seguissem as pisadas e procurassem um trabalho semelhante.

Apesar de alguma preocupação pública acerca de tudo isto, e do que tal significava para o país, nem os governos trabalhistas, nem os conservadores, que alternaram no cargo, foram capazes de fazer muita coisa para conter o movimento. Tal como noutros países do continente, como a França, a Holanda e a Alemanha, houve pouca clareza e ainda menos consenso sobre o que a chegada destes trabalhadores significava, ou mesmo se eles ficariam ou não. Só quando se torna claro que vão ficar, e que farão uso da oportunidade de trazer as suas extensas famílias para se lhes juntarem, é que algumas implicações se tornam claras.

Durante os anos que se seguiram, houve leis muito específicas do parlamento para tratar, por exemplo, da criminalidade entre os migrantes. Mas houve poucas tentativas de reverter a tendência. Mesmo quando existiu legislação para tentar satisfazer a crescente preocupação pública, isso teve consequências inesperadas. Por exemplo, a lei sobre os Imigrantes da Commonwealth, que ostensivamente se destinava a limitar o fluxo de migrantes e persuadir alguns deles a voltarem para casa, teve o efeito oposto, persuadindo muitos imigrantes a trazerem toda a família para o Reino Unido, enquanto tinham a oportunidade — era essa a sua visão. O facto de os imigrantes da Commonwealth já não precisarem de ter trabalho para virem, depois de 1962, motivou uma outra explosão. Só com a Lei da Imigração de 1971 houve uma tentativa adicional de conter o fluxo de que dela resultou. Assim, apesar do facto de nunca ter havido qualquer plano para permitir a migração numa tal escala, governos de todas as cores viram-se obrigados a lidar com as consequências da situação em que eles e o povo britânico se encontravam. Era uma situação que ninguém previra com exatidão, mas que teve repercussões a que todos os governos subsequentes teriam de reagir.

As repercussões incluíram alguns episódios graves de problemas raciais. Os tumultos de Notting Hill em 1958 são ainda recordados por terem sido um confronto violento entre imigrantes das Índias Ocidentais e londrinos

brancos. Mas esses momentos de inflamação são recordados precisamente por serem mais a exceção do que a regra. Ao mesmo tempo que existia um baixo nível de suspeita e preocupação acerca dos forasteiros, todos os esforços de capitalizar essa inquietação constituíram um consistente e completo fracasso — nomeadamente os de Oswald Mosley, antigo líder da British Union of Fascists e agora chefe do Union Movement. Quando Mosley tentou tirar vantagem eleitoral dos tumultos de Notting Hill e se candidatou ao Parlamento nas eleições gerais de 1959, a parte dos votos que lhe coube nem sequer atingiu os dois algarismos. O povo britânico reconheceu que havia questões que dimanavam da imigração em larga escala, mas também mostrou que sabia que as respostas não estavam do lado dos extremistas, que já anteriormente tinha dispensado.

Mas os problemas surgiram realmente, e não em menor grau, para aqueles que tinham chegado ao país por convite e que, uma vez lá, se viram alvo de discriminação. Uma resposta a estes problemas foi a aprovação no Parlamento das Leis das Relações Raciais de 1965, 1968 e 1976, que tornavam ilegal a discriminação de alguém com base na «cor, raça, etnia ou origem nacional». Sinal de como se pensou pouco em todo este tema foi o facto de nenhuma dessas leis ter sido considerada por antecipação, mas sempre como reação aos problemas que surgiam. Por exemplo, não foi preparada nenhuma lei sobre relações raciais em 1948, precisamente porque ninguém previu o número de pessoas que iriam para o Reino Unido no futuro ou o facto de que poderia haver implicações desagradáveis em resultado disso. Ao longo de todo este período, as sondagens mostraram que o eleitorado britânico era esmagadoramente contra as políticas de migração dos governos e que acreditava que a imigração para a Grã-Bretanha era demasiadamente elevada. Em abril de 1968, uma sondagem da Gallup revelou que 75% do eleitorado britânico estava convicto de que o controlo da imigração não era suficientemente rigoroso. Esse número aumentaria em breve para 83%.<sup>11</sup> Nessa altura, originou-se o único momento em que a imigração teve, por breve tempo, potencial para se tornar uma questão política da maior importância. Nesse mesmo mês, o então ministro do governo-sombra conservador, Enoch Powell, fez um discurso, numa associação conservadora em Birmingham, que abriu o debate e, com igual rapidez, o encerrou. Embora nunca tenha usado as palavras pelas quais se tornou conhecido, o discurso dos «Rios de Sangue» estava cheio de presságios

---

<sup>11</sup> Simon Heffer, *Like the Roman: The Life of Enoch Powell*, Weidenfeld & Nicolson, 1998, pp. 467-468.

proféticos acerca do futuro da Grã-Bretanha, se a imigração continuasse ao ritmo corrente. «Os deuses começam por enlouquecer aqueles que desejam destruir», declarou Powell. «Devemos estar loucos, literalmente loucos, como nação, para permitir o fluxo anual de cerca de 50 000 dependentes, que são, na sua maior parte, a matéria do futuro crescimento da população descendente de imigrantes. É como ver uma nação encher a sua própria pira funerária.»<sup>12</sup> Embora o discurso de Powell fosse sobre a identidade e o futuro do seu país, era também sobre preocupações de ordem prática — sobre os eleitores encontrarem lugar nos hospitais ou lugar nas escolas para os seus filhos, num setor público distendido.

Powell foi imediatamente destituído do seu cargo no governo-sombra pelo líder do seu partido, Edward Heath, e qualquer apoio político geral em que Powell pudesse ter apostado — sem falar do seu próprio futuro político — terminou. O apoio público às suas opiniões era elevado — com as sondagens a mostrarem cerca de três quartos do eleitorado em geral concordantes com os seus sentimentos e 69% convencidos de que Heath tinha feito mal ao despedi-lo.<sup>13</sup> Muitos anos depois, um dos opositores de Powell no Partido Conservador, Michael Heseltine, disse que se Powell se tivesse batido pela liderança dos conservadores na ressaca daquele discurso, teria ganho por uma maioria esmagadora e que se se tivesse candidatado a primeiro-ministro teria ganho por uma «maioria esmagadora nacional».<sup>14</sup> Mas, politicamente, não havia qualquer forma de Powell se afirmar, e a sua carreira não se limitou a esmorecer, permanecendo num deserto político ao longo das décadas de vida que lhe restaram.

Desde o discurso dos «Rios de Sangue», é comumente assumido na Grã-Bretanha que a intervenção de Powell não só arruinou a sua própria carreira, como destruiu qualquer possibilidade de um debate pleno e franco na Grã-Bretanha por, pelo menos, uma geração. Tão lúgubres foram os termos de Powell e tão ousados os seus avisos, que qualquer um que se preocupasse com a imigração arriscaria ficar para sempre rotulado como «powellista». Certamente houve partes do discurso de Powell que fizeram com que fosse mais fácil ser atacado pelos seus opositores e deram demasiada cobertura a pessoas que extremaram a sua razão política. Mas, entre as coisas mais impressionantes quando hoje se lê o seu discurso — e as reações que suscitou —, estão os trechos em relação aos quais ele foi vergastado e que agora

---

<sup>12</sup> Texto integral em *Reflections of a Statesman: The Writings and Speeches of Enoch Powell*, Bellew Publishing, 1991, pp. 373-379.

<sup>13</sup> *Ibid.*

<sup>14</sup> Ver o documentário da BBC, «Rivers of Blood» (2008).

parecem quase discretos: por exemplo, a insistência de Powell em que havia uma rua na Grã-Bretanha na qual vivia apenas uma mulher branca. Em discussões e entrevistas subsequentes, o caso desta mulher foi largamente descartado como invenção, porque se acreditava que uma tal rua não poderia existir. Contudo, se alguém tivesse sugerido a Powell, em 1968, que ele deveria usar o seu discurso de Birmingham para prever que, no período de vida da maioria das pessoas que o ouviram, aqueles que se identificavam como «britânicos brancos» estariam em minoria na sua capital, ele teria chamado louco a esse conselheiro. Como foi o caso em cada um dos outros países europeus, até o mais célebre profeta do destino da imigração de facto subestimava e minimizava o caso.

A verdade em que assentou a queixa de que a intervenção de Powell tornou impossível a discussão da imigração durante uma geração foi que a sua intervenção — e o calor que ela levantou — permitiu aos políticos arranjar uma desculpa para não abordarem as implicações da sua política. Muitos tinham claramente concluído que a trajetória do país era inalterável. Durante a década de 1960 houve ainda debate parlamentar acerca de devolver imigrantes aos respetivos países de origem se, por exemplo, cometessem um crime na Grã-Bretanha.<sup>15</sup> Mais tarde houve legislação para impedir o hábito dos «casamentos de conveniência» realizados apenas para adquirir cidadania.<sup>16</sup> Mas, nas décadas de 1970 e 1980, a dimensão da comunidade imigrante significava que era claro que qualquer política destinada a diminuir a dimensão dessa comunidade era impossível, mesmo se fosse considerada desejável. Tal como acontecia em outros países do continente, a Grã-Bretanha estava numa posição em que não desejara estar e teria de improvisar a sua reação a todos os desafios e benefícios que esta nova realidade produzisse. Uma medida da muda preocupação acerca do que estes desafios abrangiam foi o facto de em todo este período se ter tornado impossível proclamar até as expressões mais simples da verdade.

Em janeiro de 1984, o diretor de uma escola em Bradford, Ray Honeyford, publicou um artigo numa revista de circulação reduzida, chamada *The Salisbury Review*, no qual refletia sobre vários aspetos de dirigir uma escola numa zona em que 90% dos alunos eram filhos de imigrantes. Referia a recusa de alguns pais muçulmanos em autorizar as suas filhas de participar em aulas de dança, teatro ou desporto, e o silêncio das autoridades em relação a esta e outras práticas culturais, tais como levarem os filhos de

---

<sup>15</sup> Por exemplo sobre a Lei dos Imigrantes da Commonwealth, 1962.

<sup>16</sup> Na sequência do Relatório Franks, em 1977.

volta ao Paquistão durante o período letivo. Argumentou também em favor de os alunos serem encorajados a falar a língua e compreender a cultura do país onde estavam a viver e desencorajados a viver — como Honeyford afirmava que a liderança das relações raciais se esforçava por encorajá-los a fazer — vidas paralelas no interior da sociedade.

Uma campanha contra Honeyford foi rapidamente organizada pela indústria das relações raciais que ele criticara numa parte do artigo. O *major* muçulmano de Bradford exigiu que Honeyford fosse despedido, acusando-o, mesmo anos depois, de (entre outras coisas) «chauvinismo cultural».<sup>17</sup> Honeyford foi forçado a sair, entre protestos e clamores gerais de «raycist», e nunca mais trabalhou em educação. Disse ele, no seu ofensivo artigo, que, graças à corrupção dos políticos e até da linguagem, era difícil escrever com honestidade sobre estas matérias, e o modo como foi tratado mais do que provou esse facto. Porque haveria um diretor de escola — sobre quem não recaíam outras queixas — de ser obrigado a aposentar-se por ter levantado uma tal discussão? A única explicação é que, nessa altura, até mesmo as verdades mais óbvias acerca destes assuntos ainda não se tinham tornado aceitáveis. Fora estabelecido, em 1984, um paradigma político e social — referido com desconforto como «multiculturalismo» —, e ainda não era possível quebrar a base dessa crença. Embora isso tivesse constituído escassa consolação para Ray Honeyford, duas décadas depois da publicação do seu artigo muito mais pessoas estavam a dizer que talvez ele tivesse percebido uma coisa importante, e, na altura da sua morte, em 2012, a linha de força dos seus argumentos tinha-se tornado largamente aceite.

Durante os anos de 1980 e 1990, sob a nova rubrica do «multiculturalismo», continuou a verificar-se um fluxo regular de imigração para a Grã-Bretanha, vinda do subcontinente indiano e de outros lados. Mas existia um consenso tácito por intermédio do qual a imigração — ao mesmo tempo que aumentava tendencialmente — foi silenciosamente limitada. O que então aconteceu, depois da vitória esmagadora do Partido Trabalhista nas eleições de 1997, foi uma quebra desse consenso. Embora tal não fosse um compromisso manifesto, nem um objetivo declarado, uma vez no poder, o governo de Tony Blair foi responsável por uma abertura de fronteiras numa escala sem paralelo, mesmo nas décadas a seguir à guerra. Aboliu a «regra da finalidade principal», com a qual se tentara filtrar os requerimentos para casamentos fictícios. Abriu as fronteiras a todas as pessoas consideradas essenciais à economia britânica — uma definição tão larga que incluiu

---

<sup>17</sup> Ver «Ray Honeyford: racist or right?», BBC, 10 de fevereiro de 2012.

empregados de restaurante como «trabalhadores qualificados». E do mesmo modo que abriu a porta ao resto do mundo, abriu as fronteiras aos novos estados-membros da UE da Europa de Leste. Foram os efeitos de tudo isto, e de mais, que criaram a imagem do país revelada no censo de 2011.

Claro que existem várias alegações sobre a forma como ocorreu este surto de imigração pós-1997. Uma delas, celebrenemente feita em 2009 pelo antigo redator de discursos dos trabalhistas, Andrew Neather, foi que o governo de Tony Blair suavizou intencionalmente as regras da imigração porque queria «esfregar a diversidade no nariz da direita» e criar o que, pouco avisadamente, tomou como um eleitorado que, subsequentemente, seria leal ao Partido Trabalhista.<sup>18</sup> Depois do clamor provocado por esta sua recordação de 2009, Neather atenuou esta lembrança em particular. Outros responsáveis trabalhistas desses anos começaram a dizer que não faziam ideia de quem era Neather. Mas não é difícil ver como alguém, por mais jovem que fosse, poderia ter ficado com esta impressão sobre o que estava a acontecer nesses anos.

Foi claro, por exemplo, desde o momento da sua nomeação como ministra do Asilo e da Imigração, durante o primeiro mandato de Tony Blair, que Barbara Roche estava à procura de uma total reformulação das políticas de asilo e imigração da Grã-Bretanha. Enquanto o primeiro-ministro estava concentrado noutros assuntos, Roche mudou tudo o que havia nas políticas do governo britânico. Daí em diante, todas as pessoas que reclamassem procurar asilo teriam autorização para ficar na Grã-Bretanha — quer fossem genuínas ou não — porque, como ela informou um funcionário, «a remoção leva demasiado tempo, e mexe com as emoções». Roche pensava também que as restrições da época à imigração eram «racistas» e que toda a «atmosfera» em redor do debate sobre a imigração «estava intoxicada». Durante o período em que desempenhou o cargo, afirmou repetidamente a sua ambição de transformar a Grã-Bretanha. Como disse um seu colega, «Roche não via o seu trabalho como o controlo da entrada na Grã-Bretanha, mas sim, numa perspetiva mais ampla, queria, “de uma forma holística”, que víssemos os benefícios de uma sociedade multicultural». Nem o primeiro-ministro, nem o ministro do Interior, Jack Straw, estavam interessados em questionar a nova política de asilo, nem o facto de que, sob a égide de Roche, todos os que entravam na Grã-Bretanha, quer tivessem emprego ou não, fossem transformados em «migrantes económicos».

---

<sup>18</sup> Andrew Neather, «Don't listen to the whingers — London needs immigrants», *Evening Standard*, 22 de outubro de 2009.

Onde quer que houvesse críticas à sua política, tanto internas como externas, Roche descartava-as como «racistas». Na verdade, Roche — que criticou colegas por serem demasiadamente brancos — insistia que até mesmo a referência a uma política de imigração era racista.<sup>19</sup> O que ela e alguns outros procuraram foi uma mudança total da sociedade britânica. Roche — descendente de judeus do East End — acreditava que a imigração sempre foi apenas uma coisa boa. Dez anos depois das mudanças que provocou, ela disse a um entrevistador com satisfação: «Adoro a diversidade de Londres. Faz-me sentir confortável.»<sup>20</sup>

A atividade de Roche e de alguns outros no governo trabalhista de 1997 sustenta a ideia de que a sua era uma política de deliberada transformação societária: estava a ser travada uma guerra cultural contra o povo britânico, utilizando os imigrantes como uma espécie de aríete. Uma outra teoria, que não contrariava inteiramente esta perspectiva, é que tudo não passava de um buraco burocrático que já derrapara para fora de controlo sob sucessivos governos, e que apenas deu tão ostensivamente nas vistas com o Novo Trabalhismo. A disparidade entre o número de recém-chegados ao país que o governo trabalhista afirmou estar à espera, quando comparado com os que na realidade vieram, constitui uma prova disso. Por exemplo, quando permitiu a livre entrada no Reino Unido dos novos países candidatos à adesão à UE, em 2004, o governo britânico anunciou esperar que cerca de 13 000 pessoas por ano beneficiassem do esquema. Um estudo encomendado pelo governo afirmava que seria capaz de «controlar totalmente» a vaga assim que as restrições fossem levantadas. Não fez nada disso. As regras que rodeavam as autorizações de trabalho, entre outras, foram reformadas para que os imigrantes qualificados e não qualificados pudessem entrar no país e ficar a pretexto de serem «trabalhadores estrangeiros». A maior parte ficaria. Inteiramente previsíveis, os números em breve se afastariam até das estimativas dos maiores advogados da migração em massa. O número de cidadãos de países não pertencentes à UE apenas deveria duplicar entre 100 000 por ano, em 1997, e 170 000, em 2004. De facto, passados cinco anos, as previsões do governo sobre o número de novas chegadas seriam excedidas em cerca de um milhão de pessoas.<sup>21</sup> Entre outras coisas, os especialistas do governo falharam por

---

<sup>19</sup> Tom Bower, *Broken Vows: Tony Blair and the Tragedy of Power*, Faber & Faber, 2016, pp. 171-178.

<sup>20</sup> Hugh Muir, «Hideously diverse Britain: The immigration “conspiracy”», *The Guardian*, 2 de março de 2011.

<sup>21</sup> Bower, *Broken Vows*, pp. 175-176.

completo a previsão de que o Reino Unido poderia ser um destino particularmente atraente para pessoas de países com rendimentos médios significativamente baixos ou sem salário mínimo. No caso, devido a estas políticas, o número de europeus de leste a residir na Grã-Bretanha aumentou de 170 000, em 2004, para 1,24 milhões, em 2013.<sup>22</sup>

Tal subestimação da escala da migração era certamente previsível para qualquer um que conhecesse a história da imigração pós-guerra — uma história que tinha sido cheia de grandes subestimações do número dos que se esperava que viessem. Mas isso demonstrava também que a atenção minuciosa em relação ao controlo da imigração pura e simplesmente não era uma prioridade, nesses primeiros tempos dos trabalhistas. Mais relevantemente, a impressão de que todas as restrições à imigração eram «racistas» (mesmo a restrição dos europeus de leste «brancos») fez com que fosse difícil de exprimir qualquer oposição, interna ou externa. Quer a política de um surto na migração passasse despercebida ou fosse aprovada oficialmente, por certo não tinha oposição dentro do governo britânico.

Fosse qual fosse a causa, ou o motivo, o que raramente é assinalado acerca disto é que a reação pública ao aumento da imigração e à rápida transformação de partes da Grã-Bretanha foi excepcionalmente tolerante. Não houve surtos, significativos ou sustentados, de sentimento ou de violência racistas ao longo da década seguinte, e o único partido político fascista do país — o British National Party — foi subsequentemente destruído nas eleições. As sondagens e a simples evidência de residirem no país mostraram que a maioria das pessoas continuou a não sentir qualquer animosidade pessoal em relação aos imigrantes ou a pessoas de uma origem étnica diferente. Mas as sucessivas sondagens mostraram que a maioria estava profundamente preocupada acerca do que tudo isto significava para o país e para o seu futuro.

Apesar disso, até mesmo a mais leve tentativa da classe política de levantar estas questões (tal como um cartaz da campanha dos conservadores para as eleições de 2005, que sugeria «limites» à imigração) era condenada pelo resto da classe política, resultando isso no facto de continuar a não existir nenhuma discussão pública séria.

Talvez sucessivos governos de todas as cores tivessem passado décadas a adiar qualquer verdadeira discussão desta questão porque suspeitavam, não só que o eleitorado discordava deles, mas também que era uma matéria que tinha escapado a qualquer controlo. O Partido Conservador, que

---

<sup>22</sup> Números da agência nacional de estatísticas, ONS.

formou um governo de coligação com os liberais democratas, em 2010, prometera reduzir a imigração de centenas de milhares por ano para dezenas de milhares, uma promessa que reafirmaram em funções. Mas nunca se aproximaram sequer desse objetivo. Nem o fez o governo de maioria conservador que lhe sucedeu, apesar de se terem amarrado à mesma promessa. Na verdade, após cinco anos de um governo de coligação e de terem iniciado um governo conservador, ambos empenhados em reduzir a imigração, não só esta não tinha decrescido, como na verdade se elevara a outro pico recorde de 333 000 por ano.<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> ONS, Relatório Trimestral de Estatísticas da Migração, novembro de 2015.

## 2

# COMO FICÁMOS VICIADOS EM IMIGRAÇÃO

Com ligeiras variações, durante estas décadas, ocorrera quase exatamente a mesma história por toda a parte da Europa Ocidental. Depois da Segunda Guerra Mundial, todos os países tinham então permitido, e encorajado, os trabalhadores a virem para os seus países. Durante as décadas de 1950 e 1960, a Alemanha Ocidental, a Suécia, a Holanda e a Bélgica, entre outros países, instituíram um programa para «trabalhadores convidados» a fim de preencherem as lacunas da sua oferta de trabalho. Em todo o continente, estes *gastarbeiter*, como eram conhecidos na Alemanha, tinham origem em países similares. Na Alemanha, o influxo de trabalhadores vinha sobretudo da Turquia, assistindo-se a um enorme aumento depois do acordo de trabalho germano-turco, em 1961. Na Holanda e na Bélgica, vinham da Turquia, mas também do Norte de África e de outros países que foram um dia suas colónias. Enquanto uma parte deste influxo de trabalhadores serviria para enfrentar a escassez de mão de obra, especialmente nas áreas não qualificadas do setor industrial, que era também parcialmente resultante da descolonização. No século XIX, a França fora para o Norte de África, do qual colonizara partes, ao passo que a Grã-Bretanha tinha colonizado o subcontinente indiano. Após o processo de descolonização, estes antigos cidadãos, na realidade cidadãos franceses no caso argelino, sentiram, em graus diversos, que alguma coisa lhes era devida, pelo menos que lhes fosse dada prioridade no esquema dos trabalhadores convidados. O conceito de «o Império contra-ataca» sugere que era inevitável e talvez até justo que, no século XX, as pessoas destas antigas colónias devessem retribuir o favor, apesar de virem como cidadãos, mais do que como conquistadores.

As autoridades de todos os países europeus laboraram precisamente nos mesmos equívocos, acreditando que os primeiros trabalhadores convidados poderiam revelar-se um fenómeno temporário, regressando aos seus países assim que o trabalho terminasse. Pareceu, por todo o continente, ser uma surpresa que a maior parte destes trabalhadores se iria enraizar nos país em que tinham entrado — que eles procurariam trazer as suas famílias, que as suas famílias precisariam de assistência e que os seus filhos precisariam de ir à escola. Uma vez que essas raízes tivessem penetrado, era cada vez menos provável que fossem de novo arrancadas. E mesmo que a atração pelo regresso a «casa» permanecesse grande, o padrão de vida de que estes trabalhadores foram capazes de desfrutar no Ocidente significou que muito mais pessoas tivessem ficado do que regressado aos seus países de origem. Embora a Europa tivesse aberto as suas fronteiras em tempo de necessidade, o continente parecia não fazer qualquer ideia de como era atraente para uma boa parte do mundo, mesmo no estado diminuído em que se encontrava.

Mesmo quando os arranjos relativos ao trabalhador convidado terminaram — como terminaram entre a Alemanha e a Turquia, em 1973 —, as pessoas continuaram a vir. E as pessoas que tinham começado como «trabalhadores convidados» tornaram-se parte dos países onde estavam. Alguns nacionalizaram-se. Outros beneficiaram de dupla nacionalidade. Ao fim de cinco décadas desde o início deste processo — em 2010 —, só de origem turca havia pelo menos quatro milhões de pessoas na Alemanha. Alguns países — nomeadamente a França — fizeram abordagens subtilmente diferentes a isto. Por exemplo, quando a França se abriu à imigração oriunda da Argélia, fê-lo honrando a ideia de que, como Charles de Gaulle disse na Argélia a 4 de junho de 1958: «Em toda a Argélia existe apenas uma categoria de habitantes — apenas existem pessoas integralmente francesas, com os mesmos direitos e os mesmos deveres.» No entanto, quando a deslocação do Norte de África para França começou a sério, até mesmo De Gaulle concedeu, em privado, que a França apenas se poderia abrir a outras raças desde que essas pessoas se mantivessem uma «pequena minoria» no país. Confidentes de De Gaulle alegam que ele próprio estava profundamente inseguro de que a França pudesse absorver muitos milhões de imigrantes de outras origens.<sup>24</sup>

Porém, embora houvesse diferenças na imigração do pós-guerra,

---

<sup>24</sup> Esta conversa de março de 1959 foi recordada pelo seu colega e confidente Alain Peyrefitte em *C'était de Gaulle* (1994) e é objeto de alguma controvérsia.

cada um dos países europeus teve a experiência similar de uma política de curto prazo criar as mais longas repercussões possíveis. Cada um dos países deu por si a tentar infinitamente acompanhar o passo — o resultado da necessidade de tomar decisões políticas da maior relevância à pressa. E, em cada um dos países, o debate mudou de forma similar ao longo de décadas. Tal como as previsões da década de 1950 se revelaram erradas, o mesmo aconteceu com as das décadas subsequentes. A expectativa em relação ao número dos que viriam, em oposição ao número dos que realmente vieram, assistiu a disparidades sem fim em todos os países. E enquanto as estatísticas do governo contavam uma história, os olhos do eleitorado europeu contavam outra.

Em resposta à preocupação pública, os governos e os partidos principais de todas as cores políticas falaram sobre controlar a imigração — por vezes ficando até presos numa competição para parecerem cada um mais duro do que o outro sobre o assunto. Mas, à medida que os anos passaram, começou a parecer como se isto pudesse não passar de um truque eleitoral. O hiato entre a opinião pública e a realidade política começou a parecer um hiato causado por fatores que não se resumiam a uma falta de vontade ou a uma surdez relativa à preocupação pública. Talvez nada fosse feito para reverter a tendência porque ninguém no poder acreditava que alguma coisa pudesse ser feita. Se isto foi uma verdade política, manteve-se totalmente fora de qualquer menção. Ninguém conseguiria ser eleito com base numa tal plataforma, e assim se originou uma tradição transeuropeia de políticos a dizer coisas e a fazer promessas que sabiam ser inatingíveis.

Talvez seja por causa disto que a principal reação à realidade em constante desenvolvimento começou a ser voltar-se para aqueles que expressavam preocupação acerca dela, mesmo quando eles refletiam a visão do eleitorado em geral. Em vez de enfrentarem as preocupações, os políticos e a imprensa começaram a lançar acusações ao eleitorado. Isto não foi feito apenas através de acusações de «racismo» e «intolerância», mas numa série de táticas de desvio, que se transformaram num substituto da ação. Tudo isto era identificável na sequência do censo de 2011 na Grã-Bretanha, incluindo a exigência de que o eleitorado deveria simplesmente «passar por cima disso».

Numa coluna intitulada «Não nos alonguemos sobre a imigração, mas lancemos as sementes da integração», o então *mayor* conservador de Londres, Boris Johnson, reagiu àquele censo, dizendo: «Precisamos de parar de gemer acerca do rompimento da represa. Ela aconteceu. Não há nada que possamos fazer a não ser tornar o processo de absorção tão eupéptico quanto

possível.»<sup>25</sup> Sunder Katwala, do *think tank* esquerdista «British Future», reagiu ao censo num tom semelhante, dizendo: «A questão do queremos que isto aconteça ou não queremos que isto aconteça implica que temos uma opção e que poderíamos dizer “não queremos ter nenhuma diversidade”.» Mas isto não era possível, insistiu ele, «Isto é quem nós somos — é inevitável».<sup>26</sup>

Talvez ambos tivessem razão e estivessem simplesmente a dizer o que qualquer político que examinasse a situação teria de dizer. Mas há uma certa frieza no tom dessas observações. Para não falar da ausência de qualquer senso de que pode haver outras pessoas que não estão dispostas a simplesmente «passar por cima disso», às quais desagradam as alterações à sociedade a que pertencem e as quais nunca pediram que se fizessem. Na verdade, parece que nem Johnson, nem Katawala se aperceberam de que existe quem possa reter um certo grau de fúria por todos os partidos principais terem há anos uma decisão tão totalmente em desacordo com a opinião pública. No mínimo, parecia não ocorrer a qualquer deles que exista alguma coisa profunda e politicamente negadora de direitos nesta conversa. Não só porque ela insinua um caráter definitivo relativamente a uma história que está de facto em processo, mas também porque adota um tom mais vulgarmente dirigido a uma minoria revanchista do que a uma maioria do eleitorado votante.

No mesmo mês em que emergiu esta insistência para que as pessoas «passem por cima disto», uma sondagem realizada pela YouGov descobriu que 67% do eleitorado britânico acreditava que a imigração ao longo da década anterior tinha sido «uma coisa má para a Grã-Bretanha». Apenas 11% acreditava que fora «uma coisa boa». Isto incluiu maiorias entre os votantes para cada um dos três partidos principais. Sondagens após sondagens, tanto antes como desde então, revelaram a mesma coisa. Para além de rotineiramente darem prioridade à imigração como a sua primeira preocupação, uma maioria de votantes na Grã-Bretanha descreveu regularmente a imigração como tendo tido um impacto negativo nos seus serviços públicos e na habitação por via da sobrelotação, bem como tendo danificado a sentido de identidade da nação.

Claro que o impulso político para «traçar uma linha» e não entrar em «jogos de culpa» levanta a possibilidade de, tendo escapado com os seus erros até à data, os políticos poderem sentir-se prontos — depois de imprecações

---

<sup>25</sup> Boris Johnson, «Let's not dwell on immigration but sow the seeds of integration», *The Telegraph*, 17 de dezembro de 2012.

<sup>26</sup> Sunder Katwala citado em «Census shows rise in foreign-born», BBC News, 11 de dezembro de 2012.

tão convenientes — para repetir os mesmos erros no futuro. Em 2012, os líderes de todos os principais partidos da Grã-Bretanha tinham concedido que a imigração era demasiado elevada, mas mesmo enquanto o faziam, todos tinham também insistido em que o eleitorado deveria «passar por cima disso». Nenhum tinha qualquer política clara — nem, como se viria a ver, bem-sucedida — sobre como mudar de rumo. Os inquiridos à opinião pública sugeriam que a incapacidade de fazerem alguma coisa relativamente à imigração, mesmo enquanto falavam sobre ela, é uma das causas da quebra de confiança entre o eleitorado e os seus representantes políticos.

Porém, não é só a classe política que não consegue falar das preocupações da maioria do eleitorado em geral. Na noite em que os resultados do censo de 2011 foram anunciados, o principal programa de debate da BBC, «Newsnight», teve uma discussão sobre as notícias, na qual três quartos dos participantes se manifestaram perfeitamente encantados com o censo e não conseguiram ver nenhuma causa para preocupações nos resultados. Nessa ocasião, o filósofo A. C. Grayling, ele próprio um imigrante bem-sucedido da Zâmbia (então Rodésia do Norte), disse sobre as conclusões do censo: «Acho que, em geral, é uma coisa positiva, uma coisa que se deve celebrar.» A crítica e dramaturga Bonnie Greer, igualmente uma imigrante muito bem-sucedida (da América), concordou que era uma coisa positiva e disse, como Boris Johnson: «Não pode ser parado.»<sup>27</sup> Em toda a discussão, prevaleceu a atração por esta atitude de «acompanhar os tempos». Talvez a tentação de «ir na corrente» seja tão forte nesta discussão porque o preço do afastamento do consenso é tão excepcionalmente elevado. Se arranjarmos uma discussão em estúdio acerca dos erros do orçamento, poderemos ser acusados de ignorância financeira ou de não saber interpretar a disposição do eleitorado. Mas concordar com a avassaladora disposição do eleitorado, não mencionando sequer o falar em seu nome, relativamente a imigração, reputações, carreiras e meios de subsistência, é um risco.

Todavia, algures, perdido no meio de todo o consenso informado daquele estúdio do centro londrino, o que estava quase completamente ausente eram as perspectivas da maior parte das pessoas que estavam em casa, um mundo em que poucas pessoas alguma vez pareceram querer tocar em público. Tornou-se fácil falar acerca do aumento da migração: meramente concordar com ele é exprimir valores de abertura, tolerância e largueza de espírito. Porém, para concordar com, não falando sequer em exprimi-las, as desvantagens da imigração é pôr-se a jeito de acusações de estreiteza de

---

<sup>27</sup> Programa «Newsnight» da BBC, 11 de dezembro de 2012.

espírito, intolerância, xenofobia e racismo mal disfarçado. Tudo isto torna a atitude da maioria do eleitorado quase impossível de ser expressa.

Porque mesmo se acreditarmos — como a maioria das pessoas acredita — que alguma imigração é uma coisa boa e torna um país mais interessante, não se conclui que quanto mais imigração, melhor. Nem isso significa — por mais vantagens que haja — que não existem desvantagens, que deveriam ser igualmente fáceis de indicar sem acusações de malícia. Porque a imigração em massa não continua a trazer o mesmo nível de benefícios a uma sociedade, quanto mais pessoas entrarem. Se é possível louvar a imigração em massa por nos tornar mais ricos como um todo, deveria também ser possível explicar que o processo nos tornou mais pobres em alguns aspetos, o não menos importante foi a introdução ou a reintrodução de problemas culturais a que poderíamos ter esperado nunca assistir.

No mês de janeiro anterior à publicação dos resultados do censo de 2011, nove muçulmanos — sete de origem paquistanesa, dois de origem norte-africana — foram presos e condenados, no Old Bailey, em Londres, pelo tráfico sexual de crianças entre os 11 e os 15 anos. Nessa ocasião, uma das vítimas vendidas nessa espécie de escravatura dos tempos modernos foi uma rapariga de 11 anos, marcada com a inicial do seu «proprietário» abusador — «M» de Mohammed. O tribunal ouviu Mohammed dizer que «a marcou para a tornar propriedade sua e para assegurar que outros ficassem a saber disso». Isto não aconteceu num local recôndito da Arábia Saudita ou do Paquistão, nem sequer numas cidades do Norte, de que uma boa parte do país se esquecera e nas quais se assistira a muitos casos semelhantes ao longo do mesmo período. Isto aconteceu no Oxfordshire, entre 2004 e 2012.

Ninguém poderia argumentar que a violação em grupo e o abuso de crianças eram uma prática exclusiva de imigrantes, mas o desenvolvimento de certos tipos de gangues dedicados à violação de menores revelou — e um inquérito subsequente, encomendado pelo governo, confirmou — ideias culturais e atitudes específicas que eram claramente mantidas por alguns imigrantes. Isto incluía uma perspetiva pré-medieval acerca das mulheres, especificamente das mulheres não muçulmanas, das outras religiões e das minorias raciais e sexuais. O medo da acusação de «racismo» por apontar estes factos, e o pequeno mas valioso número de carreiras, como a de Ray Honeyford, que fora publicamente arruinada por dizer muito menos do que isto, traduziu-se no facto de ter demorado anos para que, mesmo factos como estes, fossem conhecidos.

Isto tem um efeito aterrorizador que excede em muito os estúdios de televisão nacionais e tem consequências muitíssimo mais graves. Quando estes casos de violação em grupo foram a tribunal, isso aconteceu apesar da polícia local, das vereações de câmaras e dos cuidadores da área da saúde, acerca de muitos dos quais se descobriu não terem reportado tais crimes, envolvendo gangues de imigrantes, por medo de acusações de «racismo». Os *media* seguiram o exemplo, enchendo os seus relatos de eufemismos, como se tentassem evitar que o eleitorado tirasse conclusões. Assim, em casos como os de Oxfordshire, os gangues eram descritos como «asiáticos», quando eles envolviam quase exclusivamente muçulmanos de origem paquistanesa. O facto de as suas vítimas serem escolhidas precisamente porque não eram muçulmanas apenas ocasionalmente foi referido nos tribunais e raramente a imprensa se ocupou dele. Em vez de realizarem o seu trabalho sem medo ou favorecimento, acusadores e jornalistas comportaram-se como se a sua missão fosse o de servirem de mediadores entre o eleitorado e os factos.

Naturalmente, nada disto alguma vez surgiu em alguma discussão «aceitável» sobre imigração. Introduzir violação em grupo numa debate sobre imigração da BBC seria como introduzir a bestialidade num documentário sobre animais de estimação doentes. Apenas nos podemos ocupar dos bons e dos felizes, enquanto os maus são ignorados. E não são apenas as arestas mais duras da discussão que desaparecem, mas também as mais suaves, as preocupações quotidianas das pessoas: nada de denúncias ferozes, mas simples desgosto pelo facto de a sociedade onde cresceram ter sido mudada sem qualquer respeito pela opinião da maioria das pessoas.

A outra coisa que se perdeu, no estilo de discussão confortável e consensual da «*Newsnight*», é qualquer referência ao que costumávamos chamar a «*nossa cultura*». Como sempre, por entre as infinitas celebrações da diversidade, a maior ironia continua a ser o facto de que a única coisa que as pessoas não conseguem celebrar é, em primeiro lugar, a cultura que encorajou uma tal diversidade. Em toda a reação política e mediática ao censo de 2011, vimos uma vez mais os vários pontos de escala numa rota de viagem que é profundamente autoaniquiladora.

Uma das coisas que se alega é que, mesmo depois de um período de mudanças tão extraordinárias como aquele por que a Grã-Bretanha passou em anos recentes, «*Não é nada de novo*». Este argumento pode ser ouvido por toda a Europa, mas na Grã-Bretanha é frequentemente formulado deste modo: «*A Grã-Bretanha foi sempre um cadinho de gente de raças e origens diferentes. Na verdade, somos uma nação de imigrantes.*» Era isto que reivindicava,

por exemplo, um aplaudido livro sobre imigração de Robert Winder, que apareceu durante os anos Blair e que foi frequentemente utilizado para defender as políticas do governo. Entre outras coisas, o livro argumentava que «somos todos imigrantes: depende apenas de quanto retrocedermos no tempo». O livro afirmava também que a Grã-Bretanha sempre foi um «nação híbrida».<sup>28</sup> Eis aqui Barbara Roche a fazer a mesma afirmação numa conferência no East End de Londres, em 2011: «Quando pensamos em imigração, é muito tentador pensarmos que é uma coisa que aconteceu no século XIX. Sou judia. Uma parte da minha família veio em finais do século XIX. Sou sefardita pelo lado materno, pelo que alguma da minha família veio muito antes disso. Mas há uma tendência para pensar que é, de algum modo, bastante recente — se não for do século XIX, então é, em grande medida, um fenómeno do pós-guerra. Nada pode estar mais longe da verdade. Sempre acreditei que a Grã-Bretanha é um país de migrantes.»<sup>29</sup> Claro que a Sr.<sup>a</sup> Roche pode acreditar nisto. Mas tal não torna isso uma verdade.

Até à segunda metade do século passado, a Grã-Bretanha teve níveis de imigração quase negligenciáveis. Ao contrário da América, por exemplo, nunca foi uma «nação de imigrantes», e, embora tivesse sempre havido um gotejo de pessoas a entrarem, a deslocação maciça de pessoas era quase desconhecida. Com efeito, a imigração era tão desconhecida que quando realmente ocorria as pessoas falava acerca disso durante séculos. Quando se discute a migração para o Reino Unido hoje, poder-se-ia esperar que alguém referisse os huguenotes — os protestantes obrigados a fugir à perseguição em França, a quem Carlos II ofereceu refúgio em 1681. O exemplo dos huguenotes tem mais alcance do que as pessoas têm noção. Em primeiro lugar, porque, apesar da proximidade cultural e religiosa entre os protestantes franceses e ingleses, levou séculos a que os huguenotes se integrassem na Grã-Bretanha, existindo ainda muitas pessoas que se identificam como provenientes de cepa huguenote. A outra questão relevante acerca dos huguenotes — e a razão pela qual as pessoas os citam com tanta frequência — é a questão da escala. Acredita-se que, depois de 1681, chegaram à Grã-Bretanha um total de 50 000 huguenotes. O que foi indubitavelmente uma enorme movimentação para a época. Mas esta escala pertencia a um campeonato completamente diferente daquele a que pertence a imigração em massa a que Grã-Bretanha assistiu em anos recentes. Do

---

<sup>28</sup> Robert Winder, *Bloody Foreigners: The Story of Immigration to Britain*, Little Brown, 2004, pp. X e 2.

<sup>29</sup> Barbara Roche fala na TEDxEastEnd, carregada a 3 de outubro de 2011, «The British story of migration» [[https://www.youtube.com/watch?v=\\_fMpxkHJrtk](https://www.youtube.com/watch?v=_fMpxkHJrtk)].

período do governo Blair em diante, a Grã-Bretanha conheceu um número de imigrantes igual àquele número único de huguenotes, a chegarem, não uma vez na história da nação, mas a cada dois meses. E esta imigração não era, de modo nenhum, constituída por protestantes franceses. Um outro exemplo, frequentemente dado para defender a história da «nação de imigrantes» é o dos 30 000 asiáticos ugandeses que foram trazidos para a Grã-Bretanha no início da década de 1970, depois de Idi Amin os expulsar do Uganda. No Reino Unido, as recordações deste influxo único são geralmente avivadas com orgulho e bom sentimento, não só porque foi um auxílio verificável e restrito a pessoas desesperadas, mas também porque esses asiáticos ugandeses que vieram para a Grã-Bretanha deram frequentemente um contributo concreto e grato à vida pública. Nos anos de imigração pós-1997, o mesmo número de pessoas do que o daquele influxo único de 30 000 chegou ao país a cada seis semanas.

A movimentação de pessoas nos últimos anos — mesmo antes da crise migratória europeia — foi numa quantidade, qualidade e consistência inteiramente diferentes de tudo o que ocorrera anteriormente. Porém, apesar desse facto, permanece uma das formas mais populares de ocultar as vastas mudanças dos anos recentes pretender que a história foi semelhante ao que está a acontecer agora. A particular vantagem disto é insinuar que qualquer dos problemas atuais levantados pela migração não é nada com que não tivéssemos já lidado — e vencido — anteriormente. Apresentam-se, falsamente, todos os desafios do presente como normais. Mas a revisão do passado é apenas uma tentativa de erigir um argumento de passagem. Depois dele, vem toda uma série de afirmações implícitas e explícitas que reagem à imigração em massa, fazendo de conta que o país de chegada não tem uma cultura, ou que a sua cultura e identidade são tão particularmente fracas, esgotadas ou más que, se de facto desaparecerem, dificilmente serão choradas.

Eis de novo Bonnie Greer numa «Newsnight»: «Há sempre este mecanismo à prova de falhas, explicitamente dito ou não, de que existe uma identidade britânica. Isso é, para mim, sempre interessante. Acho que uma das genialidades dos britânicos — ou de ser britânico — é que não existe o género de solidez inamovível na definição de identidade que um americano tem.» É difícil pensar em alguma outra parte do mundo onde uma tal afirmação pudesse ser aceitável, muito menos saída da boca de um imigrante: a vossa cultura sempre foi assim — na verdade nunca existiu. Se alguém dissesse uma coisa semelhante na sua Chicago natal — sobretudo no principal canal

de televisão — não seria provável que tivesse uma recepção tão cortês como a que lhe foi concedida na «Newsnight».

Abundaram exemplos mais chocantes deste mesmo argumento durante a época da migração em massa. Em 2006, o Channel 4 passou um documentário chamado «100% Inglês». Este programa pegou num grupo de britânicos brancos que se acreditava claramente serem racistas — incluindo um membro leal do governo de Margaret Thatcher, Norman Tebbit — e fizeram-lhes testes de ADN. Os resultados dos testes foram então utilizados para provar que todas as pessoas em questão eram, de facto, «estrangeiros». Os resultados foram triunfalmente exibidos a cada um deles para tirar a mesma conclusão: «Estão a ver — na verdade somos todos estrangeiros. Por isso não é preciso termos quaisquer preocupações relativamente à imigração ou à identidade nacional.» Claro que, de novo, não se imaginaria que alguém pudesse ser tão grosseiro ao ponto de fazer isto a qualquer outro grupo de pessoas. Mas com os britânicos e outros povos europeus, tinham começado a aplicar-se diferentes regras de abordagem. Tudo parece não passar de métodos para lidar com uma mudança, que, se não pode ser interrompida, tem de ser resolvida pela alteração das mentes nos países anfitriões.

No fundo, há uma outra réplica, ainda mais nítida. Ela diz que esta forma de destruição é exatamente o que as nossas sociedades merecem. «Sabem o que fizeram os brancos?», perguntam eles. «E vocês, europeus, em particular? Viajaram à volta do mundo, viveram nos países, pilharam-nos e tentaram apagar as suas culturas. Esta é a paga. Ou o *karma*.» O romancista Will Self (atualmente professor de Pensamento Contemporâneo na Universidade Brunel) reproduziu precisamente esta linha de ataque na BBC, na mesma semana em que o censo de 2011 foi publicado. No programa principal de debate do canal, «Question Time», ele declarou: «Até à crise do Suez... a conceção da maior parte das pessoas sobre o que envolvia o facto de ser britânico era basicamente ir além-mar e subjugar pretos e mestiços, tirar-lhes o que lhes pertencia e os frutos do seu trabalho. Isso era uma parte central da identidade britânica, era o império britânico. Agora, diversos membros da classe política tentaram, muito recentemente, reviver essa ideia sem muito sucesso.»<sup>30</sup> Deixando de lado a alegação de que nenhum membro da classe política tentou reviver o império britânico em anos recentes, podemos ouvir nestes comentários a voz autêntica e indisfarçável da vingança. Demonstrando que um tal instinto transcende as fronteiras raciais ou religiosas, e pode ser tão facilmente autoinduzido como dirigido a outros, ele sugere que, nesta ocasião,

---

<sup>30</sup> Programa «Question Time», BBC, em 13 de dezembro de 2012.

a Grã-Bretanha deve ser exemplarmente punida pelos factos da história. As repercussões do argumento levam a considerações impressionantes. Porque, se isto constituir, mesmo que parcialmente, um estímulo para a recente transformação do nosso país, então aquilo por que estamos a passar não é um acidente, ou um mero laxismo nas fronteiras, mas um ato frio e deliberado de sabotagem nacional. Motivações à parte, isto lança também as derradeiras questões que os nossos políticos continuam tão pouco dispostos a abordar: por quanto tempo mais isto vai continuar? Estamos a aproximar-nos do fim desta transformação? Ou isto é apenas o princípio?

O censo de 2011 poderia ter fornecido uma oportunidade maravilhosa para abordar isto, e foi, como todas as outras oportunidades desde a Segunda Guerra Mundial na discussão em volta da imigração, miseravelmente perdida. Não foi só o facto de não terem sido dadas quaisquer respostas, mas também o facto de terem sido feitas tão poucas perguntas pertinentes. Por exemplo, por entre toda a complacência que rodeia estes desenvolvimentos, ninguém fez esta pergunta: Se o facto de os «britânicos brancos» serem agora uma minoria na sua capital foi, na verdade, uma demonstração de «diversidade» (como disse o porta-voz da ONS), quando poderá isso deixar de ser assim? O censo mostrou que faltava já «diversidade» em alguns bairros de Londres. Não porque não houvesse gente suficiente trazida pela imigração, mas porque não havia por lá britânicos brancos suficientes para tornarem esses bairros diversos.

Nos anos que decorreram desde o censo de 2011, o número de imigrantes chegados à Grã-Bretanha continuou a subir. E a diferença entre os números oficiais e os números reais continua a variar enormemente. Uma indicação desse facto é que, embora os números totais da migração em cada ano, desde o censo de 2011, tenham excedido em muito os 300 000, a quantidade dos novos números do Seguro Nacional emitidos anualmente (porque são necessários para trabalhar) tem sido mais do dobro. A população crescente do Reino Unido é agora quase inteiramente devida à imigração e a uma taxa de natalidade mais elevada entre imigrantes. Em 2014, as mulheres que nasceram no estrangeiro eram responsáveis por 27% de todos os nascidos vivos em Inglaterra e Gales, e 33% dos bebés recém-nascidos tinha pelo menos um pai ou mãe imigrante, um número que duplicou desde a década de 1990.

Em termos das atuais tendências demográficas, e sem qualquer crescimento adicional do número de imigrantes, a estimativa mais modesta da ONS em relação à população britânica futura é que crescerá do nível atual

de 65 milhões para 70 milhões dentro de uma década, para 77 milhões em 2050 e para mais de 80 milhões em 2060.<sup>31</sup> Mas esta estimativa assume que a imigração seja abaixo dos níveis atuais. Se os níveis pós-2011 continuassem, a população do Reino Unido deveria ultrapassar os 80 milhões por volta de 2040 e ascender aos 90 milhões (isto é um aumento de 50% em relação a 2011) em 2060.

As previsões demográficas são uma área notoriamente ardilosa, com variáveis suficientes para enganar muita gente. Mas entre os estudiosos sérios da demografia existe um consenso de que, mesmo sem a taxa de imigração que se verificou em anos recentes, a composição demográfica do país mudará ainda mais significativamente no tempo de vida da maior parte dos leitores deste livro. Por exemplo, David Coleman, professor de Demografia na Universidade de Oxford, mostrou que, pela tendência atual, as pessoas que se identificaram como «britânicos brancos» no censo de 2011 deixarão de constituir uma maioria no Reino Unido na década de 2060. Porém, sublinha ele, se os níveis atuais da imigração para a Grã-Bretanha continuarem, nem falando já em aumentarem, esse número «aproximar-se-á do presente». Seria um tempo em que, como o professor Coleman diz, a Grã-Bretanha se tornaria «irreconhecível para os seus atuais habitantes».<sup>32</sup>

Talvez em lugar de simplesmente celebrar tais níveis de imigração, tudo se tornasse mais fácil se os proponentes da imigração em massa revelassem que níveis de «diversidade» gostariam de ter e o que veem eles como o número ideal para atingir. Um teto de 25% de «britânicos brancos» em Londres — ou no país em geral — é um objetivo a atingir? Ou deveriam ser 10%? Ou mesmo nenhuns? Uma última, e talvez mais difícil, pergunta a fazer seria quando, se alguma vez, dado o leque de queixas contra eles, podem estes «britânicos brancos» ser capazes de discutir, já nem falando sequer em queixarem-se, de forma aceitável, sobre as suas possibilidades?

Salvo qualquer plano drástico feito por um governo britânico com intenção de impedir esta tendência, é difícil ver como este processo possa não continuar. Não só porque governos consecutivos se mostraram incapazes de prever ou antecipar seja o que for na arena da migração, durante os últimos 70 anos, mas também porque as objeções a qualquer plano dessa natureza continuariam a ser muito consideráveis. Ouçamos de novo Will Self a falar num estúdio da BBC e desencadeando aplausos desenfreados, depois

---

<sup>31</sup> Principal Projections (PP) da ONS, baseadas nos dados de 2014.

<sup>32</sup> Ver David Coleman, «Uncontrolled migration means Finis Britanniae», *Standpoint*, junho de 2016, n.º 83.

da publicação dos resultados do censo de 2011: «As pessoas que se juntam na oposição à linha de argumentação da imigração são geralmente racistas [aplausos do público] ... [com uma] antipatia pelas pessoas, particularmente com pele negra e castanha.» Tendo há muito chegado ao ponto em que a única coisa que os britânicos brancos poderiam fazer era ficarem calados acerca das mudanças no seu país, a certa altura, nos últimos anos, começou a parecer como se se esperasse que prosseguissem, silenciosos mas contentes, a sua própria abolição, aceitando os golpes e a perda do seu país: «Passem por cima disso. Não é nada de novo. Vocês eram horríveis. Agora não são nada.»

Em tudo isto, é impossível não notar o nível impressionante de rancor na maneira como as preocupações do povo britânico — e as classes trabalhadora e média, em particular — foram tratadas por políticos e especialistas. Talvez algum dia acabe o período do «deita-te e aguenta», com consequências tão imprevisíveis como todas as que se verificaram até agora. Mas, entretanto, se algum político quisesse, num ato de humildade, tentar prevenir essa eventualidade e se sentisse inclinado a ser indulgente, ele ou ela poderia fazer pior do que voltar ao ponto de que partimos. Comparem-se as afirmações, ridicularizadas como clichés, feitas em anos recentes por tantos eleitores brancos das classes trabalhadora e média, e coloquem-se junto das afirmações dos líderes de todos os principais partidos políticos. Em todos estes anos, apesar dos nomes que lhes chamaram, dos insultos e de ignorarem as suas preocupações, esses medianos eleitores brancos ridicularizados estavam errados quando disseram que estavam a perder o seu país? Independentemente de pensarmos se eles deveriam ter pensado isso, para não dizer se deveriam ter dito isso, ou dito de forma diferente ou aceitado a mudança mais prontamente, tal deveria ter dado azo a que as pessoas parassem e refletissem sobre o facto de as vozes que quase toda a gente queria demonizar e descartar fossem, no fim de contas, as vozes cujas previsões estavam mais perto de estarem certas.